



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FRECHEIRINHA  
VARA UNICA DA COMARCA DE FRECHEIRINHA

Processo Nº  
**2456-47.2014.8.06.0079/0**

Data - Hora  
**24/2/2015 - 16:59**



**Dados Gerais do Processo**

Número Único	<b>2456-47.2014.8.06.0079/0</b>		
Tipo de Ação	<b>PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - CÍVEL</b>		
Hierarquia Ação	\PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO\Processo de Conhecimento\Procedimento de Conhecimento\Procedimento Ordinário		
Classe	TODAS AS VARAS - 1V/1VJ		
Autuação	18/12/2014 09:30	Volumes	1
Just.Gratis	SIM	Segredo de Justiça	NÃO
Órgão Julgador	VARA UNICA DA COMARCA DE FRECHEIRINHA		

**Assunto(s)**

**ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Hierarquia: \DIREITO CIVIL\Responsabilidade Civil\Indenização por Dano Moral\Acidente de Trânsito

**ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Hierarquia: \DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO\Partes e Procuradores\Assistência Judiciária Gratuita

**Partes**

**Requerente : RONIERY PONTES AGUIAR**

Rep. Jurídico : 20417 - CE MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA

**Requerido : SEGURADORA LIDER CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Nº **0002456-47.2014.8.06.0079**

DATA **18 / 03 / 2016**

RESPONSÁVEL

Fis. 02

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE FRECHEIRINHA – CE

COMARCA DE FRECHEIRINHA  
2456-47.2014.8.06.0079



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FRECHEIRINHA  
PROTOCOLO Nº 20371/14  
DATA: 17/12/14 HORA: 08:45  
Funcionário(a) responsável

**RONIERI PONTES AGUIAR**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 029.445.553-16, e RG nº. 2006028014600 SSP/CE, residente e domiciliado na Rua Norberto Rodrigues, s/nº, no Município de **Frecheirinha/CE**, CEP 62340-000, vem à presença de V. Exa., por seu advogado, com escritório profissional sito à Rua Francisca Moura, nº. 548, Centro, Fone 83.3044.1000, João Pessoa, PB, propor a presente

**AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA  
DE SEGURO DPVAT**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, com sede na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, e o faz consubstanciado nas seguintes razões:

**1. DOS FATOS.**

No dia **03/07/2011** a parte autora sofreu um acidente de trânsito (queda de motocicleta), vindo a ficar com **debilidade permanente no membro superior, por fratura de ossos da mão, restando limitação de movimentos**, conforme faz prova com a certidão de ocorrência policial e os documentos médicos acostados a exordial.

Constatada a debilidade permanente da parte promovente, em razão de acidente de trânsito, faz jus o mesmo ao recebimento da quantia de **ATÉ R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, corrigida desde a data do evento danoso.

**2. DO DIREITO.**

**2.1 DA INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO**

*Ab initio e ad cautelam*, antes de maiores divagações jurídicas, vale ressaltar que *in casu* não se operou a prescrição da pretensão autoral, já que houve interrupção do prazo.

Nos termos do art. 202, *caput* e parágrafo único do Código Civil, mister se faz reconhecer que o ingresso anterior de ação judicial pelo



demandante deve ser considerado como causa interruptiva da prescrição, cujo prazo deve voltar a correr depois de finda a ação.

Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;

[...]

Parágrafo único. A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.

Contudo, como o autor já havia dado entrada na ação DPVAT sob o nº. 1647-28.2012.8.06.0079, que tramitou na Vara única da comarca de Frecheirinha/CE, e foi extinto por sentença sem resolução do mérito, houve interrupção da prescrição.

A partir do ajuizamento dessa ação, que se deu em 27/06/2012, interrompeu-se a prescrição, tendo o prazo prescricional de 3 (três) anos recomeçando a correr após o arquivamento definitivo, que se deu em 13/05/2013, portanto, somente se exaurindo em 13/05/2016.

## 2.2 SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE. DIREITO À INDENIZAÇÃO.

A pretensão autoral se encontra amparada pela Lei nº 6.194/74 e art. 7º da Lei 8.441/92 e Lei 11.482/2007. A partir da Lei 11.945/2009, passou-se a utilizar a tabela contida em seu anexo para quantificar o valor do seguro devido, conforme o grau de invalidez apresentado.

Portanto, tem a parte demandante o direito ao recebimento da quantia de ATÉ R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) em razão da debilidade apresentada no membro superior, acrescida de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso, nos termos das Súmulas 43 e 54 do STJ.

## 2.3 PERDA COMPLETA DA FUNÇÃO DO MEMBRO SUPERIOR. INDENIZAÇÃO DEVIDA NO MONTANTE DE 70% DE R\$ 13.500,00.

É inconteste que a parte requerente sofreu um acidente de trânsito, conforme faz prova a certidão de ocorrência policial e demais documentos em anexo, vindo a ficar com debilidade permanente no membro superior, por fratura de ossos da mão, restando limitação de movimentos.

Desse modo, com esteio no contexto probatório, na verdade real e considerando que a parte autora teve perda funcional completa de um dos membros superiores, resta patente que a indenização prevista do seguro DPVAT *in casu* é de 70% sobre R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o



f1s 4

fls. 4

ANEXO

Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	<b>70</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por **WESLEY ANDRÉ SILVA DE ARAÚJO** e código 6755321. Para conferir o original, acesse o site [https://esaj.tjce.jus.br/passeiadjudicial/view/abrir\\_documento/6002483-4720148060079](https://esaj.tjce.jus.br/passeiadjudicial/view/abrir_documento/6002483-4720148060079) e código 6755321.

### 3. DOS PEDIDOS.

**PELO EXPOSTO,** requer a V. Exa.:

- a) citar a ré no endereço mencionado para, querendo, responder à presente pretensão no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
- b) a produção de prova pericial, a fim de constatar a debilidade permanente ocasionada em razão do acidente de trânsito aqui narrado, bem como a juntada de novos documentos e depoimento de testemunhas;
- c) condenar a ré ao pagamento do valor do seguro DPVAT no montante de ATÉ R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) ou em percentual a ser apurado na perícia médica judicial, valor este que deve ser acrescido de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso, nos termos das Súmulas 43 e 54 do STJ;
- d) a concessão dos benefícios da **GRATUIDADE JUDICIÁRIA**, nos termos da Lei 1.060/50, por não ter o autor condições de arcar com eventuais custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, **conforme DECLARAÇÃO inserta na procuração**;
- e) a condenação da ré na verba honorária de sucumbência (20%).



Por fim, REQUER que todas as intimações e demais atos processuais sejam feitos **EXCLUSIVAMENTE** em nome do **Dr. MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA**, inscrito na OAB/CE Nº. 20.417-A, com endereço profissional na Rua Francisca Moura, nº 548, CEP 58013-441, Centro, João Pessoa/PB, sob pena de nulidade.

Dá-se à causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Pede DEFERIMENTO.

Sobral/CE, 05 de dezembro de 2014.

**MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA**  
**OAB/CE 20.417-A**



**RELAÇÃO DE QUESITOS A SEREM RESPONDIDOS POR OCASIÃO DA PERÍCIA:**

1. Pode o Sr. Perito precisar se a sequela originada do acidente está consolidada? Desde quando?
2. Resultou do acidente debilidade e/ou sequela permanente de membro, sentido, função? Qual?
3. Resultou do acidente perda de órgão, membro, sentido ou função? Qual?
4. É possível graduar a(s) sequela(s) decorrente(s) da(s) lesão(ões), correlacionando o(s) percentual(ais) ao(s) dano(s) sofrido(s) pelo periciando em cada segmento corporal acometido?

---	SEGMENTO	PERCENTUAL
LESÃO 1		( ) 10% ( ) 25% ( ) 50% ( ) 75% ( ) 100%
LESÃO 2		( ) 10% ( ) 25% ( ) 50% ( ) 75% ( ) 100%
LESÃO 3		( ) 10% ( ) 25% ( ) 50% ( ) 75% ( ) 100%
LESÃO 4		( ) 10% ( ) 25% ( ) 50% ( ) 75% ( ) 100%
LESÃO 5		( ) 10% ( ) 25% ( ) 50% ( ) 75% ( ) 100%

5. Outros esclarecimentos do perito:

---



---



---



---




---



---



	<p align="center"><b>SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE</b></p> <hr/> <p align="center"><b>PROCURAÇÃO</b> <b>"AD JUDICIA ET EXTRA"</b></p>	<p>Código: CP - _____</p> <p>Versão: 00</p> <p>Página: 1/1</p>
--	--	--

**OUTORGANTE:** RONIERI PONTES AGUIAR, BRASILEIRO, SOLTEIRO, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 029.445.553-16, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA NORBERTO RODRIGUES, S/Nº, NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA-CE, CEP: 62340-000.

**OUTORGADOS:** MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB, OAB/PE, OAB/RN, OAB/CE, OAB/MA e OAB/BA sob os nºs 4.007, 573-A, 560-A, 20.417-A, 9.503-A e 29.933, respectivamente; e no CPF sob o nº 206.448.414-00, NARRIMAN XAVIER DA COSTA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob nº 10.334 e no CPF sob o nº 419.121.364-49, KARLA GABRIELA SOUSA LEITE, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº 11.755, e no CPF sob o nº 035.175.634-55, LETICIA BOLZANI GONDIM, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº 12.526, e no CPF sob o nº 039.892.364-74; NELSON AZEVEDO TORRES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 11.488 e no CPF sob o nº 031.129.754-48; e GILVAN AMORIM NAVARRO FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB sob o nº 11057/PB e no CPF sob nº 024.587.244-26; EDSON BATISTA DE SOUZA, brasileiro, casado, advogado, oab-pb 3183, CPF 185.572.524-04, SERGIO GUEDES CARVALHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob nº: 13895 e OAB/CE sob nº: 29236-A, inscrito no CPF sob nº: 054.046.014-18, todos com escritório profissional localizado Rua Coronel Estanislau Frota, 280 - Centro, Sobral/CE, onde recebem intimações de estilo (art. 39 do CPC).

**PODERES:** Por este instrumento o Outorgante supra qualificado, nomeia e constitui os Outorgados acima identificados, seus bastantes procuradores, conferindo-lhe os mais amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "Ad Judicia Et Extra", para agirem, em conjunto ou separadamente, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defende-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes poderes especiais para requerer em Juízo ou fora dele, como também confessar, transigir, desistir, renunciar ao direito em que se funda a ação, firmar acordos ou compromissos, representar o mesmo perante os Órgãos Públicos, nomear peritos e assistentes, promover reivindicações e impugnações, prestar lícitos compromissos, receber e dar quitação, levantar, requerer ou receber alvarás, receber cheques decorrentes de condenação judicial, além de outros não expressamente constantes nesse mandato. Os poderes aqui descritos poderão ser substabelecidos no todo ou em parte, com ou sem reservas, dando tudo por bom, firme e valioso, para o fiel cumprimento deste mandato.

**DECLARAÇÃO:** O(a)s outorgantes(s) **DECLARA(M)**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tem condições de arcar com as despesas inerentes à presente ação, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária, indicando como seus advogados os outorgados acima nomeados, nos termos do § 4º do artigo 5º, da Lei 1.060 de 1950.

SOBRAL-CE, 05 de DEZEMBRO de 2014.

  
 \_\_\_\_\_  
 OUTORGANTE



Cadastro de Pessoas Físicas

## Norme

## Widerstand





**Ministério da Fazenda**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 029.445.553-16

Nome da Pessoa Física: RONIERI PONTES AGUIAR

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **12:42:12** do dia **24/11/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **C74B.B647.1307.65E1**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.

350055473

tura R\$ 1,64 referente a PIS e COFINS.

NSU Rede: 978366 Hora Rede: 10 32 32

[illegible]



## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Por este instrumento particular de declaração, eu abaixo assinado, Bonifácio Pontes Aguiar, brasileiro(a), portador(a), do RG: 206028014600, expedido por SSP-CE e no CPF: 029.445.553-16 para os devidos fins que repetirei em juízo se necessário for, que sou residente e domiciliado(a) na Rua Roberto Rodrigues, s/nº, Freixoimbo - CE

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração para que surtam seu efeitos legais, nos termos do art. 299 de CPB.

Sobral-CE, 26 de novembro de 2014

x Roniere Pontes Aguiar  
assinatura

DECLARAÇÃO DE POBREZA  
(LEI Nº 1.060/50)

Eu, Romero Pontes Aguiar,  
Profissão: -, estado civil solteiro,  
CPF: 029.445.553-16, RG nº 200628014600,  
Residente e domiciliado à Rua Nelson Rodrigues, s/nº,  
bairro: -, cidade: Frecheirinha, estado CE,  
Declaro para os devidos fins de direito e sob as penas da lei que não possuo condições financeiras de arcar com as custas processuais, sob pena de prejuízo da manutenção própria e de minha família, nos termos da lei 1.060/50 e alterações supervenientes.

Sobral - CE, 26 de novembro de 2014.

Romero Pontes Aguiar  
Declarante



**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 553 - 15241 / 2011**

### Indoos da Ocorrência

do Fato. ACIDENTES - OUTROS

Univ. de Coimbra - Faculdade de Comunicação: 30/11/2011 14:43:40

Local e Hora da Conferência : 03/07/2011 18:00:00

...da Deontologia. **CE QUE LIGA FRECHERINHA A ARATICUM**

[illegible]

**Paulos da(s) Víctima(s)**

ALFONSO PONTES AGUIAR

12,377,1987

INSCRIÇÃO Nº 10365 Organ Emissor: **CARTÓRIO** UF: **CE** - CPF: **02944555316**

FRANZISCO FERREIRA DE AGUIAR

ANTONIA LENIVA PONTES

... H 47101111 COSTA R47 CASA

62340000

# EFECTIVITATEA CE BRASU.

Telephone:

## Historico

DECLARANTE QUE PILOTAVA UM MOTO HONDA/NXR 125 BROS PS. ANO 1984. PRETA DE PLACA HX1-6642, QUE COLIDIU COM OUTRA MOTO, EM SEQUIDA FOI ENVIADO ATE A SANTA CASA DE SOBRAL. NADA MAIS DISSE!!!!!!

AL DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE SOBRAL

**REGISTRAR PELO REGISTRO:**

169011-1-3

RESERVADO PELA INFORMAÇÃO: 2 Pontes Pontes Aguiar  
DELEGADO(A):

THEOREM 1. Let  $f$  be a function defined on  $[a, b]$  and let  $F$  be an antiderivative of  $f$ . Then



## fls. 14

11000 2nd Ave. S. #200, Seattle, WA 98148  
 206-325-3400

## FAC

17 JULY 2006

$$2.1100 \times 10^{-4}$$

Cistaceae:

**Prescription:**

Solicitor Informants

Custom - Hospitals etc

Comunidade de Fátima de

com de mat.

Antena Zlogue

sem Dúvida

13/12/2011

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

CREMEC nº: \_\_\_\_\_

Nome Completo do Médico:

## IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR



tel: 011 44 1223 333333

630 J. L. Martinez et al.

9. oct.

\* 449.111

Discussion

BENEFICIAL AGENTS (continued)

Hospital: Unimed  
Socorai

Feito com carinho. *Prado*

MEDICACÃO DE CONTROLE ESPECIAL

Area Covered CDEF 36 = 3'6"

10

Adulto: 24h

INDIA

*[Illegible text]*

1029011 (52)3611 8141

## REFERENCES

412

## Trabalho com Incubadoras

1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 26

- Especializadas:
- Buzidricas
- Videolaparoscópicas
- Plásticas e Estéticas
- Olho
- Ouvido
- Garganta

## EXAMES DE LABORATÓRIO

**de Dom José - Anexo**

## DIAGNOSIS DE ENDOSCOPIA

**Colonoscopia  
Retrosigmoidoscopia Flexível**

## EXAMES POR IMAGENS

- Rota X em Geral
- Urografia Excretora
- Ultrassonografia
- Mamografia
- Densitometria
- Tomografia - TC

## ATENDIMENTO EM CARDIOLOGIA

• **Consultas**  
• **Electrocardiograma (ECG)**  
• **Ecocardiografía**

[illegible]





Cínica Dr. Fco. Alves Ltda.  
Fundação Médica Sobralense

Av. Dom José, 472  
(Próximo ao Colégio Farias Brito)  
Centro - Sobral - CE  
Fones: (88) 3614.7575  
Telefax: (88) 3611.2045

Jonide & Oguma

Um oval

Proflam - 1 cop 12/12

(01 caixa)

Manter 0 (mãe na

Tipóia

Não trocar Quatro

Não sugar, Nas mãos

Revisar 6 = Feia 0

Cominar o local

Begar 99173332

9618 0033



Prefeitura  
de Sobral

RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOBRAL

Carimbo da Unidade de Origem

C.N.P.J. 11.407.563/0001-15

Rua Viniato de Medeiros, 1205 - CEP: 62.011-060 -

Sobral - Ceará

Fone: \_\_\_\_\_

UF: \_\_\_\_\_

1ª VIA - FARMÁCIA 2ª VIA - PACIENTE

Paciente: Jonide Ponte Oguma

Endereço: \_\_\_\_\_

Prescrição: Cepaxina 500 mg / cp  
616 mg - 3 dias

Assinatura e Carimbo do Emissor

Marcos Gomes Bezerra

2017/11 Cem 353

IDENTIFICAÇÃO DO COMPROVANTE

Nome: \_\_\_\_\_

Ident.: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Org. Emissor: \_\_\_\_\_

UF: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO FARMACÊUTICO

DATA: \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO EMITENTE

DATA: \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO FARMACÊUTICO

DATA: \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO EMITENTE

DATA: \_\_\_\_\_

USO EXCLUSIVOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL

PORTARIA Nº 344/98

**Hospital Unimed**

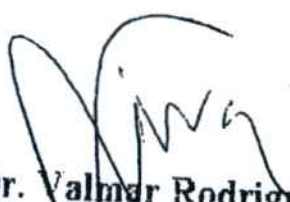
COOPERATIVA DE TRABALHO PEDRO OTTONI  
Rua Sampaio de Almeida, 170 - Centro - CEP 53.011-000  
Fone: (51) 361.1141 - CNPJ 07.649.106/0001-90

## LAUDO RADIOLOGICO

PACIENTE: Romário Pontes Aguiar  
COVENIO: Particular Nº DA REQUISIÇÃO:  
MÉDICO SOLICITANTE: Dr (o): Moises Muniz  
DATA SOLICITAÇÃO: 15/07/11 DATA EXAME: 15/07/11  
EXAME: RX MÃO DIREITA

## RELATÓRIO

Aumento no volume das partes moles  
Fracturas cominutivas diafisárias no 3º, 4º e 5º metacarpos.

  
Dr. Valmar Rodrigues Lima  
C.R.M. 10568  
Membro Titular do Colégio Brasileiro de Radiologia





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FRECHEIRINHA  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRECHEIRINHA**



Data - Hora  
18/12/2014 - 9:31

**Termo de Registro e Autuação**



Nesta data, após recebidos, estes autos foram registrados e autuados por processamento eletrônico, na forma do demonstrativo abaixo discriminado.

**Dados Gerais do Processo**

Protocolo Único	<b>1647-28.2012.8.06.0079 / 0 PROCEDIMENTO ORDINÁRIO</b>
Nr.Volumes	<b>1</b>
Autuação	<b>27/06/2012</b>
Assunto(s)	<b>ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA SEGURO</b>
Natureza	<b>CÍVEL</b>
Just.Gratis	<b>SIM</b>
Segredo de Justiça	<b>NÃO</b>
Apresentação/Preparo	<b>Pobre</b>
Competência	<b>VARA ÚNICA / 1A. VARA - INTERIOR</b>

**Partes**

**Nome**

Requerente : RONIERY PONTES AGUIAR  
Rep. Jurídico : 20417 - CE MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA  
Rep. Jurídico : 24719 - CE ÂNGELO MARQUES LEAL  
Requerido : ITAU SEGUROS S/A

FRECHEIRINHA ( COMARCA DE FRECHEIRINHA ), 18 de Dezembro de 2014

Responsável

José Jordano Silva Moreira  
Assessor Jurídico - Dr. Secretária  
Trib. 1ª Inst. - TJCE





8) 6456-56.2002.8.06.0000/0 - Nº Antigo: 0 - APELAÇÃO CÍVEL APELADO: TELEMAR NORTE LESTE S/A APELANTE.: TIBERIO VALGEAN DE FARIAS LINHARES APELADO.: TELEMAR NORTE LESTE S/A APELANTE.: TIBERIO VALGEAN DE FARIAS LINHARES. "R.h. Intime-se parte requerida para apresentar memorial de cálculo levando em consideração a taxa SELIC, conforme determinado no Acórdão de fls. 262/263. Oficie-se. Forquilha-CE, 28 de novembro de 2014. JOYCE SAMPAIO BEZERRIL FONTENELLE - Juíza de Direito - P O R T A R I A Nº 2128/2014-TJ"- INT. DR(S). OZANIEL VASCONCELOS LEITE, WILSON SALES BELCHIOR.

# COMARCA DE FRECHEIRINHA - VARA UNICA DA COMARCA DE FRECHEIRINHA

1964-89.2013.8.06.0079/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - REQUERENTE: DIEGO SÁVIO TOMAZ MOITA. REQUERIDO: BENEDITA ROSANE PEREIRA SOUSA. INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: g(...) À luz do exposto, RESOLVO O MÉRITO DA DEMANDA, art. 269, I, do CPC, julgando IMPROCEDENTE o pedido. Sem custas e honorários no primeiro grau. Frecheirinha, 23 de fevereiro de 2015. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO - Juiz de Direito respondendo h. INT. DR(S). JOSÉ DE SALES NETO (OAB/CE 7.328).

1758-75.2013.8.06.0079/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO CÍVEL - REQUERENTE: RAIMUNDO NASCIMENTO LOPES. REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/CE. INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: g(...) Extingo o feito, sem resolução do mérito, art. 267, VI, CPC, por ilegitimidade passiva. Condono o autor em verba honorária em R\$ 500,00, mas suspendo a execução, em face da gratuidade judiciária, art. 12 da Lei 1.060/50. Sem custas. Frecheirinha, 23 de fevereiro de 2015. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO - Juiz de Direito respondendo h. INT. DR(S). FRANCISCO UBIATAN PONTES DE ARAÚJO (OAB/CE 25.812).

2343-93.2014.8.06.0079/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL - CÍVEL - REQUERENTE: ALFREDO AGUIAR MOITA. REQUERIDO: CHAMPION FARMOQUÍMICO LTDA. INTIMAÇÃO DE DESPACHO: gR.h. Digam as partes se ainda têm provas a produzir, especificando-as no prazo de 05(cinco) dias, vedado o requerimento genérico. Sem prejuízo, intime-se a parte autora para apresentar comprovante de residência em seu nome ou comprovar vínculo com o nome da pessoa constante no documento de fls. 15, no prazo de 10(dez) dias. Expedientes de estilo. Frecheirinha, 20 de fevereiro de 2015. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO - Juiz de Direito respondendo h. INT. DR(S). JOSÉ MEDEIROS DE SOUZA LIMA (OAB/CE 9217), SUANY EULÁLIA AZEVEDO LIMA (OAB/CE 23.181), CARLOS EDUARDO DA TRINDADE ROSA (OAB/GO 13.287) e CARLOS TIBÉRIO PORTELA PONTES (OAB/CE 25.367).

1614-04.2013.8.06.0079/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL - CÍVEL - REQUERENTE: JURACI VAZ DE LIMA. REQUERIDO: A CREDINORTE MOVEIS. INTIMAÇÃO DE DESPACHO: gR. h. Intime-se a parte autora para dizer se a parcela vencida em abril de 2013, mencionada no documento de fls. 25, foi paga e quando. Em caso negativo, se houve uma 2ª inclusão no Serviço de Proteção ao Crédito, juntando extrato do SPC/SERASA comprovando. Frecheirinha-CE, 23 de fevereiro de 2015. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO - Juiz de Direito respondendo h. INT. DR(S). FRANCISCO UBIATAN PONTES DE ARAÚJO (OAB/CE 25.812) e ERIC TEIXERIA LIMA (OAB/PI 7.226 e OAB/MA 10.321-A).

2424-42.2014.8.06.0079/0 - ALIMENTOS - CÍVEL - REQUERENTE: ALESSANDRO SOUSA JÚNIOR. REQUERIDO: C. J. L. J. Representado por MARIA LÚCIA SOUZA LIMA JÚNIOR. INTIMAÇÃO DE DESPACHO: gIntime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação e demais documentos de fls. 22/29 dos autos. Prazo: 10(dez) dias. Frecheirinha-CE, 23 de fevereiro de 2015. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO - Juiz de Direito respondendo h. INT. DR(S). FRANCISCO UBIATAN PONTES DE ARAÚJO (OAB/CE 25.812) e JOSÉ MEDEIROS DE SOUZA LIMA (OAB/CE 9217).

2456-47.2014.8.06.0079/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - CÍVEL - REQUERENTE: RONIERI PONTES AGUIAR. REQUERIDO: ITAU SEGUROS S/A. INTIMAÇÃO DE DESPACHO: gComprove o autor o prévio requerimento administrativo. Prazo: 10 dias. Em 23.2.15. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO - Juiz de Direito respondendo h. INT. DR(S). MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA (OAB/CE 20.417) e ÂNGELO MARQUES LEAL (OAB/CE 24.719).

2402-81.2014.8.06.0079/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - CÍVEL - REQUERENTE: A. A. RODRIGUES representado por MANOEL SILVA RODRIGUES. REQUERIDO: COELCE - COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ. INTIMAÇÃO DE DESPACHO: gIntime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação e demais documentos de fls. 33/59 dos autos. Frecheirinha-CE, 23 de fevereiro de 2015. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO - Juiz de Direito respondendo h. INT. DR(S). JOSÉ DE SALES NETO (OAB/CE 7.328), PAULO SOUZA BARBOSA NETO (OAB/CE 28.754) e ANTONIO CLETO GOMES (OAB/CE 5.864).

1853-42.2012.8.06.0079/0 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - CÍVEL - EXEQUENTES: A. D. S. S., D. S. S. e A. D. S. S., representados por NEUSA SOUSA SILVA. EXECUTADO: MANOEL CESÁRIO DA SILVA. INTIMAÇÃO DE DESPACHO: gIntime-se a autora para indicar bens passíveis de penhora, sob pena de arquivamento. Prazo: 10(dez) dias. Frecheirinha-CE, 23 de fevereiro de 2015. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO - Juiz de Direito respondendo h. INT. DR(S). RUTHE RAQUEL CUNHA SILVA (OAB/CE 25.824) e TANIA MILAYDE CUNHA SILVA (OAB/CE 26.171).

349-74.2007.8.06.0079/0 - INVENTÁRIO - CÍVEL - REQUERENTE: FRANCISCA IVONETE DE AGUIAR. ESPÓLIO: RAIMUNDO DAVID DE AGUIAR. INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: g(...) Face ao exposto, reconheço a ausência de condição da ação e julgo extinto por sentença sem resolução de mérito o presente processo de INVENTÁRIO tendo por inventariante FRANCISCA IVONETE DE AGUIAR. P.R.I. e, após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. necessários. -CE, 23 de fevereiro de 2015. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO - Juiz de Direito respondendo h. INT. DR(S). CARLOS TIBÉRIO PORTELA PONTES (OAB/CE 25.367).

2020-25.2013.8.06.0079/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - CÍVEL - REQUERENTE: ANTÔNIA CLÁUDIA MACHADO PORTELA. REQUERIDO: MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE. INTIMAÇÃO DE DESPACHO: g(...) Após, intemem-se as

**JUNTADA**  
Aos 10/03/15 (10) juntada aos autos do(a)  
De peticar  
Frecheirinha-CE  
~~Diretor(a) de Secretaria~~



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE  
FRECHERINHA-CE



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FRECHERINHA  
PROTOCOLO Nº 391 12015  
DATA: 06/03/15 HORA: 13:10  
\_\_\_\_\_  
Funcionário(a) \_\_\_\_\_

Proc. nº 2456-47.2014.8.06.0079

**RONIERI PONTES AGUIAR**, devidamente qualificado nos autos da ação em epígrafe, em que contende com **ITAÚ SEGUROS S/A**, vem à presença de V. Exa., por seu advogado, em atenção à determinação retro, expor e requerer o que segue:

Determinou esse juízo que o promovente trouxesse aos autos o comprovante de prévio requerimento administrativo do seguro DPVAT, a fim de demonstrar eventual pretensão resistida de recebimento securitário.

Ocorre que vem o autor informar que não deu entrada em tal pedido na via administrativa, por entender desnecessário, com fulcro no princípio da inafastabilidade da apreciação do Poder Judiciário, preconizado no art. 5º, XXXV da Constituição Federal.

Nessa ótica, é de abissal importância transcrever trechos de julgados das mais altas cortes forenses, que entendem pela desnecessidade do prévio requerimento administrativo, *in verbis*:

APELAÇÃO CIVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - ILEGITIMIDADE ATIVA - INTERESSE PROCESSUAL - **DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO** - ANTERIOR REJEIÇÃO - MÉRITO - MORTE EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - INDENIZAÇÃO - VALOR TOTAL - DIVIDIDO POR QUOTA PARTE - RECURSO NÃO PROVIDO SENTENÇA MANTIDA - Correta é a sentença que determina que a indenização por morte seja dividida pela quota-parte de cada autor. - **A ausência de solicitação administrativa anterior não é requisito para o ajuizamento da ação** - No Brasil, prevalece o modelo da jurisdição única, conforme disposto no inciso XXXV do art. 5º da CF, e o detentor do direito poderá pleiteá-lo diretamente ao Poder Judiciário. - Tendo sido comprovado que o genitor dos autores faleceu em decorrência de acidente automobilístico e tendo em vista que o magistrado determinou o pagamento do valor integral da indenização no importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), todavia no patamar de 1/7 para cada um dos três autores,





deve ser mantida a sentença por seus exatos termos. -Recurso não provido. Sentença mantida.

(TJ-MG - AC: 10554130005081001 MG, Relator: Mariângela Meyer, Data de Julgamento: 27/05/2014, Câmaras Cíveis / 10ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/06/2014)  
(Grifos nossos)

**INDENIZAÇÃO - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - DESNECESSIDADE.** Pelo princípio constitucional do acesso à Justiça, é desnecessário o procedimento administrativo para que o interessado pleiteie judicialmente o que entende ser de seu direito, como o pagamento do seguro DPVAT.

(TJ-MG - AC: 10024122972847001 MG, Relator: Guilherme Luciano Baeta Nunes, Data de Julgamento: 20/08/2013, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 22/08/2013)  
(Grifo nosso)

Nesse sentido, há muito já se manifestou o Supremo Tribunal Federal – STF, *ipsis litteris*:

**EMENTA: AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PREVIDÊNCIA SOCIAL. PENSÃO POR MORTE. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NEGATIVA DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA COMO CONDIÇÃO PARA O ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO. DESNECESSIDADE.**

1. Não há no texto constitucional norma que institua a necessidade de prévia negativa de pedido de concessão de benefício previdenciário no âmbito administrativo como condicionante ao pedido de provimento judicial. Agravo regimental a que se nega provimento.

(STF - RE-AgR 548676 / SP - Relator(a): Min. EROS GRAU - Julgamento: 03/06/2008).  
(Grifo nosso).

**EMENTA: AGRADO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PARA O ACESSO AO JUDICIÁRIO. PRECEDENTES.**

1. A jurisprudência desta nossa Corte firmou-se no sentido de ser desnecessário para o ajuizamento de ação previdenciária o prévio requerimento administrativo do benefício à autarquia federal. Precedentes.

2. Agravo regimental desprovido.

(STF - RE 549055 AgR / SP - SÃO PAULO. AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Relator(a): Min. AYRES BRITTO. DJe-240 DIVULG 09-12-2010 PUBLIC 10-12-2010).  
(Grifo nosso)





Inclusive, a matéria já teve a repercussão geral reconhecida no RE 631240/MG, em 2011, e está pendente de julgamento desde então.

Embora alguns Ministros do STJ venham entendendo pelo acolhimento da tese encampada pela decisão agravada, o STF vem sistematicamente apontando que tal entendimento viola a Constituição Federal.

Diante da pretensão posta em juízo, deve o ente demandado, caso assim entenda, concordar com a pretensão ajuizada ou contestar o feito.

Daí reside o desacerto da determinação retro, *data vênia*.

Sendo assim, requer o demandante que esse nobre julgador dispense a necessidade de comprovação do prévio requerimento administrativo pelos autores e ordene o prosseguimento normal do feito.

Pede DEFERIMENTO.

Frecheirinha - CE, 05 de março de 2015.

  
**MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA**  
OAB/CE Nº. 20.417-A

**CONCLUSÃO**  
 Aos 18/05/11 faço concluso estes  
 autos a(o) Dr(a) [assinatura] de Direito desta Comarca  
 Dr(a). [assinatura]

Directoria de Secretaria

*[Assinatura manuscrita]*





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO

**COMARCA DE FRECHEIRINHA**

Secretaria de Vara Única

fls. 25



PROCESSO Nº: 2456-47.2014.8.06.0079/0

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

**REQUERENTE: RONIERI PONTES AGUIAR**

**REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**

**S E N T E N Ç A**

**1. RELATÓRIO**

Pretende o autor o recebimento de valores restantes devidos de indenização, quantia essa no valor de R\$ 9.450,00, em virtude do mesmo ter sofrido acidente de trânsito, sendo assim, segurado pela requerida, conforme fls. 02/05 dos autos.

Receituário médico e procedimentos hospitalares às fls. 14/16.

È o breve relato.

**2. FUNDAMENTAÇÃO**

Pretende o autor o recebimento de valores restantes devidos de indenização em virtude do mesmo ter sofrido acidente de moto, sendo assim, segurado pela parte requerida.

Em sua inicial, a parte autora não anexa comprovante de prévio requerimento administrativo junto a seguradora, conforme solicitado à fl.17 verso, alegando a desnecessidade do mesmo, tendo decorrido o prazo de 10 dias sem anexo do comprovante.

Os arts. 283 e 284 do CPC expõem:

*Art. 283. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.*

*Art. 284. Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o*



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO

**COMARCA DE FRECHEIRINHA**

Secretaria de Vara Única

*juízo de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 10 (dez) dias.*

*Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.*

Assim como o art. 267, I, do CPC traz que:

*Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:*

*I - quando o juiz indeferir a petição inicial;*

**3. DISPOSITIVO**

Ante o exposto e à luz das demais regras e princípios atinentes à espécie, decrete a **EXTINÇÃO** do processo, sem a resolução do mérito.

Após o trânsito em julgado e cumprindo os expedientes, archive-se, com a devida baixa.;

Sem custas e honorários advocatícios (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

Frecheirinha, 30 de novembro de 2015.

**ANTONIO CARNEIRO ROBERTO**

Juiz de Direito - Respondendo

**REGISTRO DE SENTENÇA**

Certifico que, nesta data, registrei a sentença prolatada às fls. 22 em livro próprio nº 22, às fls. 186 sob o nº de ordem 085. DOU FÉ.

Comarca de Frecheirinha/CE, 021.321.35

**JUNTADA**

Aos 08/12/15 fls. juntada aos autos do(a)

Frecheirinha-CE,

Diretor(a) de Secretaria

Processo nº 2456-47.2014.8.06.0079/0  
2/2

Diretor(a) de Secretaria

Antônio Carneiro Roberto  
Juiz de Direito



**1623-92.2015.8.06.0079/0** – PROCEDIMENTO DO JUIZADO CÍVEL - REQUERENTE: **ANAYLTON AGUIAR AZEVEDO**. REQUERIDO: **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**. INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: "(...) Ante o exposto e à luz das demais regras e princípios atinentes à espécie, decreto a **EXTINÇÃO** do processo, sem a resolução do mérito. (...) Frecheirinha, 30 de novembro de 2015. **Dr. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo". INT. DR(S). **LORENA FERNANDES DA CUNHA** (OAB/TO 4.225)

**1673-55.2014.8.06.0079/0** – PROCEDIMENTO DO JUIZADO CÍVEL - REQUERENTE: **LAURO OLIVEIRA DE LIMA**. REQUERIDO: **BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A**. INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: "(...) Ante o exposto e à luz das demais regras e princípios atinentes à espécie, determino o cancelamento do contrato sobredito que está gerando desconto dos benefícios do autor, fl. 15. Condeno o banco requerido a devolver os valores já descontados, acrescidos de correção monetária, incidentes a partir dos descontos indevidos. Incide, ainda juros de mora de 1% ao mês, a partir do evento danoso, a título de dano material(súmula 54 do STJ, considerando que a autora não contratou o mencionado empréstimo. Condene, ainda, ao pagamento de dano moral no valor de **R\$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS)**, devendo incidir correção monetária a partir do arbitramento e juros de mora de 1% ao mês a partir do fato danoso (data do desconto indevido), na forma da súmula 54 do STJ (v. Art. 17 do CDC). (...) Frecheirinha, 30 de novembro de 2015. **Dr. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo". INT. DR(S). **FRANCISCO UBIRATAN PONTES DE ARAÚJO** (OAB/CE 25.812) e **TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS** (OAB/CE 26.241-A).

**1893-87.2013.8.06.0079/0** – EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - CÍVEL - EXEQUENTE: **NEUSA SOUSA SILVA**. EXECUTADO: **MANOEL CESÁRIO DA SILVA**. INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: "(...) Face ao exposto e com fundamento na legislação supra, **DECRETO A EXTINÇÃO DA PRESENTE EXECUÇÃO**, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. (...) Frecheirinha, 30 de novembro de 2015. **Dr. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo". INT. DR(S). **RUTHE RAQUEL CUNHA SILVA** (OAB/CE 25.824) e **TANIA MILAYDE CUNHA SILVA** (OAB/CE 26.171).

**1795-39.2012.8.06.0079/0** – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - CÍVEL - EXEQUENTE: **BANCO BRADESCO S/A**. EXECUTADO: **JÚLIO COELHO MOITA - ME**. INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: "(...) À luz do exposto, suspendo a execução pelo prazo de 1(um) ano, determinando o arquivamento provisório, sem baixa na distribuição, quando iniciará o prazo da prescrição intercorrente de 5(cinco) anos, possibilitando o desarquivamento caso o exequente apresente bens penhoráveis. (...) Frecheirinha, 30 de novembro de 2015. **Dr. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo". INT. DR(S). **CLAYTON MÖLLER** (OAB/CE 21.483).

**1796-24.2012.8.06.0079/0** – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - CÍVEL - EXEQUENTE: **BANCO BRADESCO S/A**. EXECUTADO: **NEUSA VIEIRA DA SILVA - ME**. INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: "(...) À luz do exposto, suspendo a execução pelo prazo de 1(um) ano, determinando o arquivamento provisório, sem baixa na distribuição, quando iniciará o prazo da prescrição intercorrente de 5(cinco) anos, possibilitando o desarquivamento caso o exequente apresente bens penhoráveis. (...) Frecheirinha, 30 de novembro de 2015. **Dr. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo". INT. DR(S). **CLAYTON MÖLLER** (OAB/CE 21.483).

**1800-61.2012.8.06.0079/0** – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - CÍVEL - EXEQUENTE: **BANCO BRADESCO S/A**. EXECUTADO: **KELCIA VIEIRA DA SILVA - ME**. INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: "(...) À luz do exposto, suspendo a execução pelo prazo de 1(um) ano, determinando o arquivamento provisório, sem baixa na distribuição, quando iniciará o prazo da prescrição intercorrente de 5(cinco) anos, possibilitando o desarquivamento caso o exequente apresente bens penhoráveis. (...) Frecheirinha, 30 de novembro de 2015. **Dr. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo". INT. DR(S). **CLAYTON MÖLLER** (OAB/CE 21.483).

**2456-47.2014.8.06.0079/0** – PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - CÍVEL - REQUERENTE: **RONIERE PONTES AGUIAR**. REQUERIDO: **SEGURADORA LIDER CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**. INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: "(...) Ante o exposto e à luz das demais regras e princípios atinentes à espécie, decreto a **EXTINÇÃO** do processo, sem a resolução do mérito. (...) Frecheirinha, 30 de novembro de 2015. **Dr. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo". INT. DR(S). **MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA** (OAB/CE 20.417).

**1747-12.2014.8.06.0079/0** – REMOÇÃO DE INVENTARIANTE - CÍVEL - REQUERENTE: **CATARINE LIMA CAMPOS**. REQUERIDO: **EVANDRO AGUIAR PONTES**. INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: "(...) Analisando de forma minuciosa os atos atribuídos ao inventariante é forçoso refutar as alegativas dos requerentes, pois se aquele realmente estivesse primando pela desídia ou por incidentes infundados não teria apresentado prova documental que robustecesse suas atitudes processuais. Por isso mesmo **DENEGO** o presente pedido de remoção. (...) Frecheirinha, 27 de novembro de 2015. **Dr. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo". INT. DR(S). **FRANCISCO UBIRATAN PONTES DE ARAÚJO** (OAB/CE 25.812) e **PAULO RÉGIS SOUSA BARROS** (OAB/CE 16.712).

**1803-16.2012.8.06.0079/0** – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - CÍVEL - EXEQUENTE: **BANCO BRADESCO S/A**. EXECUTADO: **KELVIANE AZEVEDO COSTA**. INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: "(...) À luz do exposto, suspendo a execução pelo prazo de 1(um) ano, determinando o arquivamento provisório, sem baixa na distribuição, quando iniciará o prazo da prescrição intercorrente de 5(cinco) anos, possibilitando o desarquivamento caso o exequente apresente bens penhoráveis. (...) Frecheirinha, 30 de novembro de 2015. **Dr. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo". INT. DR(S). **CLAYTON MÖLLER** (OAB/RS 21.483).

**1583-18.2012.8.06.0079/0** – REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO LIMINAR - CÍVEL - EMBARGANTE: **MARIA DA CONCEIÇÃO DE AGUIAR**. EMBARGADO: **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**. INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: "(...) Pelo que foi acima exposto, **JULGO IMPROCEDENTES** os Embargos de Declaração pela ausência de qualquer das circunstâncias indicadas no art. 535 do CPC. Recebo o presente recurso, por tempestivo, em seu efeito suspensivo, com fundamento no art. 520 do CPC. Intime-se o recorrido para, querendo, apresentar contra-razões, no prazo legal. Após subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. P.R.I. Frecheirinha-CE, 27 de novembro de 2015. **Dr. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo". INT. DR(S).



ARQUIVAMENTO  
Arquivado nesta Secretaria em 22/12/2015  
Arquivado em 22/12/2015  
Procedimento-CE, 09/12/15

Chengdu, China

JUNTADA

Aos 13/01/16 foi juntada aos autos do(a)

Frecheirinha (2)

Diretor(a) de Secretaria



EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE FRECHEIRINHA - CE



Processo nº 2456-47.2014.8.06.0079

ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FRECHEIRINHA  
PROTOCOLO Nº 1725 12015  
DATA: 18 12 15 HORA: 14:52  
41  
Funcionário(a) responsável

**RONIERI PONTES AGUIAR**, devidamente qualificado nos autos da ação em epígrafe em que contende com **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, vem à presença de V. Exa., por seu advogado, não se conformando, *data venia*, com a r. sentença prolatada, interpor

### RECURSO DE APELAÇÃO

esperando seja o mesmo recebido e encaminhado ao Eg. Tribunal de Justiça do Ceará, e o faz com fundamento nas seguintes razões:

#### 1. RESUMO DA CONTROVÉRSIA INSTAURADA NOS AUTOS

Cuida-se de ação de cobrança do seguro DPVAT, decorrente de acidente de trânsito sofrido pelo autor, ora recorrente, o qual ocasionou sequelas físicas.

O promovente não realizou o prévio requerimento administrativo do seguro, razão pela qual o juízo extinguiu o processo sem resolução do mérito, por ausência de interesse processual, devido à falta de pretensão resistida, com base no art. 267, VI do CPC, o que não pode ser admitido.

A r. sentença recorrida valeu-se da decisão do STF que tratou do prévio requerimento administrativo para processo previdenciário, como requisito essencial para o ingresso da demanda.

Contudo, tal decisão não poderá ser utilizada para o caso do seguro DPVAT, por restar superada, conforme restará demonstrado em seguida.



## 2. PRELIMINARMENTE

### 2.1 DO PEDIDO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA E DA DISPENSA DO PREPARO

A r. sentença de primeiro grau não se manifestou sobre o pedido de gratuidade judiciária formulado pelo demandante em sua peça inicial.

Ocorre que o recorrente não dispõe de meios financeiros suficientes para custear despesas processuais sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, de modo a fazer jus à gratuidade judiciária, nos termos da Lei 1.060/50 e Constituição Federal, art. 5º LXXIV.

Sendo assim, requer a dispensa do recolhimento do preparo recursal.

## 3. RAZÕES JURÍDICAS PARA A REFORMA DA SENTENÇA

### 3.1. A EXIGÊNCIA DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO NÃO DEVE SER OBRIGATÓRIA PARA O SEGURO DPVAT

A r. sentença de primeiro grau extinguiu o processo sem a resolução do mérito, por entender ser indispensável à caracterização da lide a pretensão resistida, ou seja, entendeu que deve haver o prévio requerimento administrativo.

Foi utilizada como mote a decisão do STF no Recurso Extraordinário 631.240/MG, que não feriria a garantia prevista no art. 5º, XXXV, CF, a ausência de prévio requerimento não caracterizaria a lesão ou ameaça a direito.

Contudo, vale ressaltar que as seguradoras que administram o seguro DPVAT não estão sujeitas às leis federais que regulam o processo administrativo. Elas seguem, apenas, a Lei Federal que trata do seguro DPVAT (Lei 6.194/74), que é omissa quanto ao processamento administrativo do requerimento do seguro.

Às seguradoras, portanto, cabem processar, indeferir ou deferir o seguro ao seu bel prazer, muitas vezes sem procedimento padrão próprio e sem uma decisão administrativa fundamentada (carta de indeferimento).

À guisa de ilustração, vale salientar que o processo administrativo de concessão de benefícios previdenciários, junto ao INSS, possui imensa diferença com o procedimento do seguro DPVAT, e com ele não pode ser comparado.

De largada, temos que as pessoas que atendem a população que busca benefícios previdenciários são servidores federais concursados, cujos atos estão vinculados à estrita legalidade.



Ao contrário do seguro DPVAT, que não há regramento claro acerca do processo administrativo, cujos atendentes não são servidores públicos e não estão vinculados a normativo próprio, a não ser o que dispõe a própria lei federal que disciplina o seguro DPVAT (Lei 6.194/74). Se o seguro DPVAT é indeferido, a comunicação é dada verbalmente ao interessado, pois não há, por exemplo, uma “carta de indeferimento”, tal qual como ocorre no INSS.

A tese jurídica encampada pelo STF ou pelo STJ e acolhida pela r. sentença recorrida, **deve valer apenas para a concessão de benefícios previdenciários**, não se aplicando ao seguro DPVAT, que não guarda identidade de situações.

**PELO EXPOSTO**, e com fulcro na CF/88 e demais legislações aplicáveis à espécie, requer o encaminhamento do presente recurso para julgamento pelo Egrégio Colegiado, na forma das disposições regimentais, para que se digne em dar **TOTAL PROVIMENTO** à presente apelação, a fim de **anular** a r. sentença de primeiro grau, devolvendo-se os autos à instância de piso para prosseguimento da instrução (inclusive com realização de perícia médica) e posterior análise do mérito do pedido exposto na inicial, afastando, assim, a necessidade de prévio requerimento administrativo.

Pede DEFERIMENTO.

Frecheirinha, CE, 16 de dezembro de 2015.

**MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA**  
**OAB/CE 20.417-A**

**CONCLUSÃO**  
 Aos 13.01.16, pelo condutor este  
 autos o(s) MM Juiz(es) de Direito desta Comarca  
 Dr(a) [assinatura]

Diretoria de Secretaria

Recebo o recurso em seu duplo  
 efeito. A parte adversa para contra-arrazoar.  
 Após, ~~relatam-se~~, digo, remetem-se ao  
 E. S. JCE.  
 Em 13.2.16

[assinatura]



já anuncio o julgamento antecipado da lide."- INT. DR(S). HENRIQUE DE ABREU FIGUEIREDO, MARINA JATAI GADELHA BARROS LIMA, SARAH CASTRO, TIBERIO ALMEIDA PERES

30) 9872-44.2015.8.06.0075/0 - AÇÃO PENAL REU.: FRANCISCO GEILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA REU.: LARISSY RODRIGUES DE SOUSA REU.: RONY RODRIGUES E SILVA. "FICA VOSSA SENHORIA INTIMADO DA DECISÃO, CUJO TEOR É O SEGUINTE: LOGO, NÃO É O CASO DE DEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIBERDADE, PELOS FATOS E FUNDAMENTOS SUSO APRESENTADOS, INDEFIRO O PETITÓRIO CONSTANTE DO TERMO DE AUDIÊNCIA."- INT. DR(S). RAIMUNDA YLA PEREIRA DE ARAUJO.

## COMARCA DE FRECHEIRINHA - VARA UNICA DA COMARCA DE FRECHEIRINHA

EDITAL DE CITAÇÃO  
PRAZO: 20(VINTE) DIAS

"Dá-se a gratuidade da justiça, conforme despacho do Dr. Antônio Carneiro Roberto, Juiz de Direito respondendo por esta cidade e Comarca de Frecheirinha-CE., à fl. 09."

O Dr. ANTÔNIO CARNEIRO ROBERTO, MM. Juiz de Direito respondendo por esta cidade e Comarca de Frecheirinha-Ceará, por nomeação legal, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo tramita uma **Ação de Execução de Alimentos**, promovida por Francisca Eulália dos Santos, representando seu filho menor M. V. S. S., contra Francisco de Assis Sousa Costa, tombada sob o n.º 1924-39.2015.8.06.0079/0. E como consta dos autos que o promovido FRANCISCO DE ASSIS SOUSA COSTA, filho de Antonio Félix da Costa e Laurinda Rodrigues de Sousa, encontra-se em lugar incerto e não sabido, determinou o MM. Juiz a expedição do presente edital a fim de que o mesmo fique **CITADO para tomar ciência de todos os atos e termos da presente ação, bem como, no prazo de 3(três) dias, pagar a quantia de R\$ 591,00(quinhetos e noventa e um reais), acrescida das prestações que se vencerem no curso da execução, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de ser decretada sua prisão civil**. Para que chegue ao conhecimento do mesmo, vai o presente edital afixado no local de costume, átrio do fórum local, e publicado no Diário da Justiça. Cumpra-se. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Frecheirinha-CE., aos 27 de janeiro de 2016. Eu, Fco. Franknon P. Aguiar, Técnico Judiciário, o digitei, e eu, José Jordano Silva Moreira, Diretor de Secretaria, o conferi e subscrevo. Dr. ANTÔNIO CARNEIRO ROBERTO - Juiz de Direito respondendo.

1941-80.2012.8.06.0079/0 - AÇÃO DE EXECUÇÃO - REQUERENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. REQUERIDO(S): K. A. P. COSTA CONFECÇÕES e OUTROS. gINTIMAÇÃO DE DESPACHO: R. h. Sem conclusão. Fale o exequente sobre os resultados de fls. 185/7, indicando outros bens à penhora. Frecheirinha-CE., 11 de fevereiro de 2016. Dr. Antônio Carneiro Roberto - Juiz de Direito respondendo. h INT. DR(S). JOSÉ INÁCIO ROSA BARREIRA (OAB/CE 8.151).

2177-90.2016.8.06.0079/0 - AÇÃO CAUTELAR INOMINADA COM PEDIDO DE LIMINAR - REQUERENTE: JOSÉ HUMBERTO COSTA JÚNIOR. REQUERIDO(A): BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. gINTIMAÇÃO DE DESPACHO: Fale o exequente/réu sobre o pleito liminar, após o que analisarei o pleito antecipatório. Cite-se. Frecheirinha-CE., 11 de fevereiro de 2016. Dr. Antônio Carneiro Roberto - Juiz de Direito respondendo. h INT. DR(S). THIAGO GOMES DA SILVA VASCONCELOS (OAB/CE 31.745).

2456 -47.2014.8.06.0079/0 - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - REQUERENTE: RONIERI PONTES AGUIAR. REQUERIDO(A): SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. "INTIMAÇÃO DE DESPACHO: Recebo o recurso em seu duplo efeito. À parte adversa para contra-arrazoar. Após, remetam-se Egrégio TJCE. Frecheirinha-CE., 11 de fevereiro de 2016. Dr. Antônio Carneiro Roberto - Juiz de Direito respondendo. h INT. DR(S). MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA(OAB/CE 20.417-A).

1673-55.2014.8.06.0079/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL - CÍVEL - REQUERENTE: LAURO OLIVEIRA DE LIMA. REQUERIDO: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A. INTIMAÇÃO DE DESPACHO: "Comprove a massa falida o, digo, o autor a falência contra si decretada. Após, analisarei o pedido de gratuidade judiciária. Em 11/2/16. Dr. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO - Juiz de Direito respondendo". INT. DR(S). FRANCISCO UBIRATAN PONTES DE ARAÚJO (OAB/CE 25.812) e TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS (OAB/CE 26241-A).

359-65.2000.8.06.0079/0 - EXECUÇÃO - CÍVEL - AUTOR: BANCO DO NORDESTE S.A. RÉU: ESPÓLIO DE RAIMUNDO AGUIAR ARRUDA. INTIMAÇÃO DE DESPACHO: "Indefiro o pleito de fl. 357, pois o leilão foi realizado, mas não apareceram arrematantes, o que seria infrutífero repetir o ato, sob pena de violar o princípio da economia processual. Cumpra o exequente o despacho de fl. 355v, sob pena de arquivamento. Em 11/2/16. Dr. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO - Juiz de Direito respondendo". INT. DR(S). JOSÉ INÁCIO ROSA BARREIRA (OAB/CE 8.151).

1858-30.2013.8.06.0079/0 - RECLAMAÇÃO - COBRANÇA DE DPVAT - CÍVEL - REQUERENTE: ADRIANO MOITA SILVA. REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT. INTIMAÇÃO DE DESPACHO: "Intime-se o autor para informar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito. Em 11/2/16. Dr. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO - Juiz de Direito respondendo". INT. DR(S). CARLOS TIBÉRIO PORTELA PONTES (OAB/CE 25.367), RUTHE RAQUEL CUNHA SILVA (OAB/CE 25.824), TÂNIA MILAYDE CUNHA SILVA (OAB/CE 26.171) e ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB/CE 19.283).

2456-47.2014.8.06.0079/0 - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - CÍVEL - REQUERENTE: RONIERI PONTES AGUIAR. REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT. INTIMAÇÃO DE DESPACHO: "Recebo o recurso em seu duplo efeito. À parte adversa para contra-arrazoar. Após, remetam-se ao E. TJCE. Em 11/2/16. Dr. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO - Juiz de Direito respondendo". INT. DR(S). MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB/CE 20.417) e ÂNGELO MARQUES LEAL (OAB/CE 24.719).

# CERTIDÃO

CERTIFICO que decorreu o prazo e não houve apresentação de contrarrazões pela parte da apelada, embora tenha sido regularmente intimada às fl. 27 dos autos.

O referido é verdade.

DOU FÉ.

Frecheirinha-CE, 4 de março de 2016

JOSÉ JORDANIO SILVA MOREIRA  
Diretor de Secretaria

## REMESSA

Nesta data, faço remessa destes autos ao  
**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ**

Frecheirinha-CE, 4 de março de 2016.

*José Jordano Silva Moreira*  
Diretor de Secretaria





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE FRECHEIRINHA

Rua Joaquim Pereira, 727, Centro, fone/fax (88)3655-1157, CEP 62.340-000 / frecheirinha@tjce.jus.br

Ofício n.º 158/2016.

Processo n.º: 2456-47.2014.8.06.0079/0

Natureza da Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO(COBRANÇA DE SEGURO DPVAT)

Requerente: RONIERI PONTES AGUIAR

Requerido(a): SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Frecheirinha-CE., 04 de março de 2016.

**Assunto: Remessa de processo.**

Senhora Presidente,

Remeto a Vossa Excelência, em anexo, os autos do processo em epígrafe para apreciação do recurso interposto.

Respeitosamente,

  
**BRUNO DOS ANJOS**  
Juiz Substituto titular

À Senhora:

Excelentíssima Desembargadora **MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE**  
**Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

Recebo e faço remessa  
destes autos ao

**Núcleo de Digitalização do 2º Grau**  
do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará  
Fortaleza, 18 de Março de 2016

Serviço de Protocolo - TJCE Matr. ( 800719 )







**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JUDICIAIS DE APOIO**

Processo: 0002456-47 .2014.806.0079

**CERTIDÃO DE PAP/SEJUD**

Certifico que o caderno processual físico registrado sob o número acima citado e recepcionado no Núcleo de Digitalização do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, foi digitalizado, apresentando 37 páginas virtuais, as quais foram por mim conferidas a digitalização, assinadas em meio virtual e liberadas nos autos digitais

Fortaleza, 21 de Março de 2016

**NUCLEO DE DIGITALIZAÇÃO SAJ SG**  
assinado por certificação digital





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO**

**Data do Protocolo: 18/03/2016**

**Termo de Registro e Autuação**

**Em 26/04/2016, após recebidos, estes autos foram registrados e autuados por processamento eletrônico, na forma do demonstrativo abaixo discriminado.**

<b>DADOS GERAIS DO PROCESSO</b>	
Processo	<b>0002456-47.2014.8.06.0079 -</b>
Tipo de Ação	<b>Apelação - Cível</b>
Local de Origem	Vara Única da Comarca de Frecheirinha
Ação de Origem	<b>Procedimento Ordinário</b>
Nº de Origem	<b>0002456-47.2014.8.06.0079</b>
Dados complementares	
Número Antigo	.
Quantidade de Volumes	1
Assunto(s)	899-DIREITO CIVIL 7681-Obrigações 9580-Espécies de Contratos 9597-Seguro Seguro
Segredo de Justiça	NÃO
Prioridade Idoso	NÃO
Justiça Gratuita	SIM
<b>PARTES</b>	
<b>Apelante</b>	<b>: Ronieri Pontes Aguiar</b>
<b>Advogado</b>	<b>: Marcos Antonio Inácio da Silva (OAB: 20417/CE)</b>
<b>Apelado</b>	<b>: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A</b>

Processo nº 0002456-47.2014.8.06.0079 - Apelação

### TERMO DE DISTRIBUIÇÃO

Em 26/04/2016 foi realizada a Distribuição por Sorteio do(a) Apelação nº 0002456-47.2014.8.06.0079 ao **relator (a) DESEMBARGADOR WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO**, na competência **do (a) 3ª Câmara Cível**, pelo seguinte motivo: Equidade.  
(Mat. 7665)

MAGISTRADOS AFASTADOS / IMPEDIDOS
Magistrados impedidos Não informado

### TERMO DE CONCLUSÃO RELATOR

Faço conclusos os presentes autos, nesta data, ao Exmo(a). Sr(a).  
DESEMBARGADOR WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO.

Fortaleza, 26 de abril de 2016.

Diretor(a) de Departamento/Distribuição

*Assinado por certificado digital*





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO

]

## TERMO DE ENCAMINHAMENTO

Nº 0002456-47.2014.8.06.0079 Apelação

Nesta data, faço o encaminhamento dos presentes autos para **redistribuição às Câmaras de Direito Privado**, nos termos da **Portaria nº 1554/2016**, a qual disciplinou as regras de redistribuição dos processos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, segundo as competências jurisdicionais regulamentadas no RTJCE/2016.

Fortaleza, 12/09/2016

Ana Cláudia de Oliveira Pereira  
Oficial de Gabinete-Mat. 2854  
Lotação: WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
SECRETARIA JUDICIÁRIA  
DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO**

DADOS GERAIS DA AUTUAÇÃO DO PROCESSO	
Processo	0002456-47.2014.8.06.0079 - Apelação - Cível
Ação de Origem/nº	Procedimento Ordinário nº 0002456-47.2014.8.06.0079
Local de Origem	Vara Única da Comarca de Frecheirinha
Dados complementares	-
Assunto(s)	899-DIREITO CIVIL 7681-Obrigações 9580-Espécies de Contratos 9597-Seguro-Seguro
Segredo de Justiça	NÃO
prioridade idoso	NÃO
justiça gratuita	SIM
PARTES E REPRESENTANTES	
Apelante	: Ronieri Pontes Aguiar
Advogado	: Marcos Antonio Inácio da Silva (OAB: 20417/CE)
Apelado	: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

**TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO-RTJCE/2016**

Em 13/09/2016 foi realizada a Redistribuição por Sorteio do(a) Apelação nº 0002456-47.2014.8.06.0079 ao **relator (a) DESEMBARGADORA MARIA GLADYS LIMA VIEIRA**, na competência **do (a) 4ª Câmara Direito Privado**, pelo seguinte motivo: Redistribuição Câmaras de Direito Privado RTJCE/2016 DJE 1/8/16 e Port. 1.554/2016 DJE 1/9/16.

**TERMO DE CONCLUSÃO**

Faço conclusos os presentes autos, nesta data, ao(a) Exmo(a). Sr(a). **DESEMBARGADORA MARIA GLADYS LIMA VIEIRA**, no(a) 4ª Câmara Direito Privado.  
Fortaleza, 13 de setembro de 2016.

Servidor responsável pela redistribuição  
(Assinado por certificado digital)





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DESEMBARGADORA MARIA GLADYS LIMA VIEIRA**

**Processo:** 0002456-47.2014.8.06.0079 - Apelação

Apelante: Ronieri Pontes Aguiar

Apelado: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

**DESPACHO**

Encaminhem-se os presentes autos à apreciação da  
Douta Procuradoria Geral de Justiça.

Expedientes Necessários.

Fortaleza(Ce), 26 de setembro de 2016.

**DESEMBARGADORA MARIA GLADYS LIMA VIEIRA**

Relatora

assinado por certificação digital<sup>1</sup>





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
32ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA**

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

Processo nº 0002456-47.20148.06.0079

PGJ nº 2016/378960

Apelação Cível da Comarca de Fortaleza

Apelante: Roniere Pontes Aguiar

Apelada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Relatora: Desembargadora Maria Gladys Lima Vieira

Trata-se de Apelação Cível interposta por RONIÉRE PONTES AGUIAR não resignado com os termos da r. sentença de fls. 25/26 prolatada nos autos da Ação Ordinária de Cobrança de Seguro DPVAT intentada em desfavor de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, entidade ora apelada.

No julgado recorrido, datado de 30 de novembro de 2015, o magistrado da Vara Única da Comarca de Frecheirinha extinguiu o feito, sem resolução de mérito, ao indeferir a petição inicial por ausência de comprovação de requerimento administrativo prévio junto à seguradora.



Empós, subiram os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e, por ordem da Desembargadora Relatora, abriu-se vista a esta Procuradoria Geral de Justiça para manifestação.

Segue o parecer.

Primeiramente, é de bom alvitre ressaltar que, em uma análise breve dos autos, poder-se-ia chegar à conclusão de que a presente demanda não reclamaria a participação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica. Não nos coadunamos, *data vênia*, com este entendimento.

É que, ante o disposto no art. 127 da Constituição Federal, ao Ministério Público é incumbida a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Seguindo, o art. 129, IX do mesmo diploma legal, determina que outras funções podem ser atribuídas ao órgão ministerial, desde que compatíveis com sua finalidade.





O interesse público ou social é de interesse geral, ligado a valores de maior relevância, vinculados aos fins sociais e ao bem comum. No que tange à natureza do conflito, o interesse público não se verifica, em regra, nas lides em que se discute direito individual disponível.

Nesse ponto, destaque-se haver sido superado entendimento que afastava a legitimidade do Ministério Público para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado, consoante decisões mais recentes do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça (RE 631.111/GO, julgado sob o rito do art. 542-B do CPC e REsp 858.056/GO). Concluiu-se, acertadamente, que dada a natureza e a finalidade do seguro obrigatório DPVAT, o seu adequado funcionamento transcende os interesses individuais dos segurados.

Assim, no caso dos autos, discute-se direito individual disponível no qual se vislumbra repercussão para a coletividade, porquanto as recorrentes notícias de fraude ensejam um olhar mais cauteloso das ações que questionam o pagamento das correspondentes indenizações, sendo relevante,

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**32ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA**

juridicamente, dirimir as dúvidas causadas pelas sucessivas leis e resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados no tema.

Tecidas estas considerações, inicia-se o exame da matéria recursal propriamente dita.

**Dos atos processuais e da admissibilidade recursal.**

Feito em ordem, no qual não foi observado qualquer vício processual a ser apontado. Nesse ponto, cumpre ressaltar que a ausência de intimação da parte adversa para contrarrazões não traz mácula ao feito, pois consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, uma vez indeferida a petição inicial antes da citação do réu, torna-se desnecessária sua intimação para apresentar contrarrazões, uma vez que não efetivada a relação processual (AgRg no REsp 1109508MG).

No mais, ao exame dos requisitos de admissibilidade recursal com esteio nas normas contidas no Código de Processo Civil de 1973<sup>2</sup>, verificou-se que o recurso é próprio, tempestivo e traz na peça pedido de gratuidade judiciária, o que impede declaração de deserção, merecendo, pois, conhecimento.

**Da gratuidade judiciária.**

Nos termos da Lei 1060/50, pobre é “*todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família*” (art. 2º, parágrafo único).

<sup>2</sup> Enunciado administrativo nº 2 do Superior Tribunal de Justiça, “aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.”





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
32ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA**

Dispõe a mesma legislação que a parte será beneficiada pela gratuidade judiciária, por meio de mera declaração, cabendo àquele que impugnar tal condição de pobreza a prova de que o beneficiado, em verdade, pode arcar com os custos processuais sem maiores dificuldades, senão vejamos o artigo de lei específico:

Art. 4º A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

§ 1º Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos da lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

Nesse ponto, tem-se entendido que o magistrado, em dúvida acerca da consonância da declaração de pobreza do requerente à realidade fática, pode requerer deste prova da impossibilidade afirmada, antes de decidir acerca da gratuidade requerida. Porém, do exame dos autos, referida providência faz-se desnecessária.

Roniere Pontes Aguiar declarou-se pobre nos termos da Lei nº 1.060/50 (fl. 12), não havendo nos autos indícios de que esta afirmação esteja distanciada da realidade fática. Isto porque, a contratação de advogado particular não elide, por si, a presunção *juris tantum* de veracidade da declaração de pobreza apresentada.

Desse modo, o Ministério Público entende cabível a concessão de gratuidade judiciária à parte apelante.

**Do mérito.**

O ponto nodal da matéria posta para exame cinge-se em



A inafastabilidade da jurisdição é assegurada no art. 5º, XXXV da Constituição Federal nos seguintes termos: “*a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário **lesão ou ameaça a direito*** (GN).” Tem-se, pois, que a apreciação de determinada matéria pelos órgãos jurisdicionais está condicionada à presença de lesão ou, no mínimo, ameaça ao direito almejado, o que não restou verificado no caso em apreço. Feito este registro, de se ressaltar que não se está aqui a exigir o exaurimento da esfera administrativa, mas somente o indicativo de que a pretensão foi resistida pela parte adversa, a fim de demonstrar o interesse de agir.

Confrontado com o tema, o Supremo Tribunal Federal posicionou-se pela necessidade de prévio requerimento administrativo para que seja legitimado o ingresso do pedido na seara judicial, *verbis*:

**1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo.**

2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. **É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o esgotamento das vias administrativas.**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**32ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA**

**3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado.**

4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo – salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração –, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão.

5. Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos.

6. Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir.

7. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias, prazo dentro do qual a Autarquia deverá colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingue-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir.

8. Em todos os casos acima – itens (i), (ii) e (iii) –, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**32ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA**

da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais.

9. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, reformando-se o acórdão recorrido para determinar a baixa dos autos ao juiz de primeiro grau, o qual deverá intimar a autora – que alega ser trabalhadora rural informal – a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado para que, em 90 dias, colha as provas necessárias e profira decisão administrativa, considerando como data de entrada do requerimento a data do início da ação, para todos os efeitos legais. O resultado será comunicado ao juiz, que apreciará a subsistência ou não do interesse em agir. (RE 631240, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-220 DIVULG 07-11-2014 PUBLIC 10-11-2014)

julgado:

Por pertinentes, transcreve-se os seguintes trechos do referido

Como se sabe, o acionamento do Poder Judiciário não exige demonstração de prévia tentativa frustrada de entendimento entre as partes: basta a demonstração da necessidade da tutela jurisdicional, o que pode ser feito, por exemplo, a partir da narrativa de que um direito foi violado ou está sob ameaça. [...] Assim, se a concessão de um direito depende de requerimento, não se pode falar em lesão ou ameaça a tal direito antes mesmo da formulação do pedido administrativo. O prévio requerimento de concessão, assim, é pressuposto para que se possa acionar legitimamente o Poder Judiciário. Eventual lesão a direito decorrerá, por exemplo, da efetiva análise e indeferimento total ou parcial do pedido, ou, ainda, da excessiva demora em sua apreciação [...] Esta é a interpretação mais adequada ao princípio da separação de Poderes. Permitir que o Judiciário conheça originariamente de pedidos cujo acolhimento, por lei, depende de requerimento à Administração significa transformar o juiz em administrador, [...]. O juiz deve estar pronto, isto sim, para responder a alegações de lesão ou ameaça a direito. Mas, se o reconhecimento do direito depende de requerimento, não há



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**32ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA**

lesão ou ameaça possível antes da formulação do pedido administrativo. Assim, não há necessidade de acionar o Judiciário antes desta medida. [...] As regras acima valem para pretensões de concessão original de outras vantagens jurídicas que, embora não constituam benefícios previdenciários, também dependem de uma postura ativa do interessado: é o caso, e.g., dos pedidos de averbação de tempo de serviço.

Diversamente do defendido nas razões do apelo, o raciocínio tecido pelo Supremo Tribunal Federal na decisão em comento bem se amolda ao caso dos autos pois em ambos a parte carece de interesse de agir por não demonstrar que a pretensão foi resistida pela parte adversa.

**EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. GARANTIA DE ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO. **EXIGÊNCIA DE REQUERIMENTO PRÉVIO. CARACTERIZAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 5º, INC. XXXV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. REQUERIMENTO INEXISTENTE MAS DESNECESSÁRIO PORQUE ATENDIDA REGRA DE TRANSIÇÃO PELA CONTESTAÇÃO DE MÉRITO DA SEGURADORA (RE 631.240). AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.**(RE 824712 AgR, Relator(a): Min. CARMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 19/05/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-105 DIVULG 02-06-2015 PUBLIC 03-06-2015)

De valor pontuar que no caso dos autos o requerente não está a requerer o valor máximo indenizatório de R\$13.500,00 a ser aplicado à invalidez parcial permanente que lhe acomete, pedido este reiteradamente denegado na esfera administrativa. Ao revés, pugna pelo pagamento de até R\$9.450,00 em razão de debilidade permanente no membro superior, valor este correspondente à tabela trazida pela Lei nº 11.945/09. Desta feita, o pleito não se enquadra na hipótese excepcional de dispensa de requerimento administrativo prévio por notório e reiterado entendimento contrário das seguradoras.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
32ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA**

Por fim, no que concerne às regras de transição trazidas pelo RE 631.240, estas não se aplicam ao caso em tela, pois a presente demanda foi interposta em 17.12.2014, ou seja após a conclusão do julgamento do precedente paradigma, o qual se deu em 03.09.2014.

Por conseguinte, conclui-se que a sentença recorrida aplicou corretamente o posicionamento adotado, em sede de repercussão geral, pelo Supremo Tribunal Federal.

Diante do exposto, o Ministério Público de 2ª instância manifesta-se pelo conhecimento da apelação interposta por RONIÉRE PONTES AGUIAR, porque presentes os requisitos de admissibilidade recursal, e por seu **parcial provimento**, com o fim exclusivo de conceder à parte apelante os benefícios da justiça gratuita.

É o Parecer.

Fortaleza, 06 de outubro de 2016.

**Manuel Lima Soares Filho**  
Procurador de Justiça





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO CÍVEL  
4ª Câmara Direito Privado**

Nº 0002456-47.2014.8.06.0079 - Apelação

**TERMO DE CONCLUSÃO  
RELATOR**

Faço conclusos os presentes autos, nesta data, ao Exmo(a). Sr(a).  
Des(a). MARIA GLADYS LIMA VIEIRA.

Fortaleza, 7 de outubro de 2016.

**Diretor(a) de Divisão / Diretor de Departamento**



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DESEMBARGADORA MARIA GLADYS LIMA VIEIRA**

**Processo:** 0002456-47.2014.8.06.0079 - Apelação

Apelante: Ronieri Pontes Aguiar

Apelado: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

---

**DESPACHO**

Em atendimento ao Memorando 99/2017-NUPEMEC, encaminhem-se os presentes autos à Central de Conciliação para o mutirão de perícias.

Fortaleza(CE), 02 de maio de 2017

**DESEMBARGADORA MARIA GLADYS LIMA VIEIRA**  
Relatora



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CENTRAL DE CONCILIAÇÃO**

**APELAÇÃO Nº 0002456-47.2014.8.06.0079**

**APELANTE: RONIERI PONTES AGUIAR**

**APELADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

---

**DESPACHO**

Em virtude da parte apelada não ter sido citada, fica impossibilitada a realização de audiência de conciliação.

Devolvam-se, pois, os autos à Relatoria.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 11 de agosto de 2017.

Des.<sup>a</sup> Tereze Neumann Duarte Chaves  
Supervisora do NUPEMEC - TJ/CE





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DESEMBARGADORA MARIA GLADYS LIMA VIEIRA**

Processo: 0002456-47.2014.8.06.0079 - Apelação

Apelante: Ronieri Pontes Aguiar

Apelado: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

**DECISÃO MONOCRÁTICA**

RONIERI PONTES AGUIAR interpôs o presente recurso de apelação contra a sentença do juízo da Vara única da Comarca de Frecheirinha, que julgou extinta a ação de Cobrança de seguro DPVAT ajuizada contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.

O autor, em sede de primeiro grau, afirmou que no dia 03 de julho de 2011 foi vítima de um acidente de trânsito, que lhe causou debilidade permanente no membro superior. Indicou, ainda, que recebeu administrativamente quantia inferior ao que lhe é devido, pleiteando assim indenização no seu valor máximo.

Na decisão atacada (fls. 25/26), o magistrado *a quo* extinguiu o processo, com base no art. 267, inciso I do CPC/1973. Entendeu, o juiz, que a parte não cumpriu a diligência constante na fl. 18-autos, visto que não comprovou o prévio requerimento administrativo, diante disso indeferiu a petição inicial.

Irresignado, o autor, às fls. 29/31, indicou que a exigência de requerimento administrativo prévio ao processo judicial, não se aplica ao caso em questão. Diante disso requereu a anulação da sentença de primeiro grau, devolvendo-se os autos a origem para o prosseguimento da instrução, bem como a análise do mérito.









**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DESEMBARGADORA MARIA GLADYS LIMA VIEIRA**

Ao compulsar os autos, constata-se, que no julgado recorrido o juiz extinguiu o feito, sem resolução de mérito, indeferindo a inicial por entender que o autor não havia comprovado o prévio requerimento administrativo junto a seguradora.

Ocorre que o magistrado decidiu equivocadamente, uma vez que o requerimento administrativo não é requisito para se ingressar na via judicial.

Nesse sentido a jurisprudência pátria:

**Ementa:** APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. DESPESAS MÉDICAS. COMPROVAÇÃO. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.

1. A **falta** de requerimento **administrativo** não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de ofensa ao artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. Desnecessidade de comprovação da recusa administrativa para o ajuizamento da ação. 2. Possibilidade de reexame amplo da matéria tratada no presente processo, na forma do art. 1.013, §§ 1º e 3º, da novel legislação processual, por se tratar de feito apto para julgamento. 3. Despesas médicas. O artigo 3º, III, da Lei n.º 6.194/74 estabelece ser devido o reembolso das despesas médicas decorrentes de acidente de trânsito, até o montante de R\$ 2.700,00. Hipótese em que restou comprovado o nexo causal entre o acidente narrado e os gastos com fisioterapia,



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**GABINETE DESEMBARGADORA MARIA GLADYS LIMA VIEIRA**

sendo devido o ressarcimento. 4. Quantia a ser corrigida pelo IGP-M desde o desembolso e acrescida de juros de mora a contar da citação. 5. Procedência da ação. Inversão dos encargos sucumbenciais. **RECURSO PROVIDO.** (Apelação Cível Nº 70081040669, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 24/04/2019)

**Ementa:** AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INDEFERIMENTO DA INICIAL. **REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.** DESNECESSIDADE. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA. No caso, descabe o indeferimento da inicial, a qual preencheu os requisitos do art. 319, do CPC. Além disso, a **falta** do anterior **requerimento administrativo** não descaracteriza o interesse de agir, tampouco sua realização de maneira supostamente inadequada, até porque não há embasamento jurídico que obrigue o autor a encerrar a esfera administrativa para, após, ajuizar a ação judicial, o que violaria o princípio constitucional do livre acesso ao Poder Judiciário, insculpido no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal de 1988. Desconstituição da sentença que indeferiu a inicial **APELAÇÃO PROVIDA. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA.** (Apelação Cível Nº 70081134090, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge André Pereira Gailhard, Julgado em 24/04/2019)







**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GERÊNCIA JUDICIÁRIA CÍVEL  
Coordenadoria de Direito Privado - 4ª Câmara**

**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

**Nº 0002456-47.2014.8.06.0079 - Apelação**

Certifico que a **Decisão Monocrática** de página(s) 58/63 dos presentes autos, enviada para publicação no Diário da Justiça Eletrônico, teve sua disponibilização e publicação no DJE conforme os dados abaixo especificados:

- Disponibilizado em 04/07/2019

Tipo de publicação: Decisão Monocrática

Número do Diário Eletrônico: 2174

- Considerada publicada em 05/07/2019

Certifico, outrossim, que o conteúdo referente a disponibilização e a publicação da decisão monocrática supramencionada, no Diário da Justiça Eletrônico, foi inserido neste expediente com a utilização das informações eletrônicas disponíveis no SAJSG. O referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, 9 de julho de 2019.

Coordenador(a) / Gerente



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GERÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO**

## Termo de Transferência de Processo

DADOS GERAIS DO PROCESSO	
Processo	<b>0002456-47.2014.8.06.0079</b>
Autuação	18/03/2016
Tipo de Ação	<b>Apelação</b>
Assunto(s)	Seguro
Local de Origem	Vara Única da Comarca de Frecheirinha
Ação de Origem	Procedimento Comum
Nr. De Origem	0002456-47.2014.8.06.0079
Nr. Apensos	0
Nr. Volumes	1
Fase Atual	Transferência de Processo
Data da Fase	19/07/2019
Órgão Julgador	4ª Câmara Direito Privado

***Foi feita transferência do presente processo, motivo – aplicação do art. 70 do RTJCE, alterado pelo Assento Regimental nº 02, de 05/10/2017, em 19/07/2019, para o(a) Relator(a): SILVIA SOARES DE SA NOBREGA.***

PARTES	
Apelante	: Ronieri Pontes Aguiar
Advogado	: Marcos Antônio Inácio da Silva (OAB: 20417/CE)
Apelado	: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Fortaleza, 19 de julho de 2019

Coordenador(a) de Distribuição



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**GERÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO**

## Termo de Transferência de Processo

DADOS GERAIS DO PROCESSO	
Processo	<b>0002456-47.2014.8.06.0079</b>
Autuação	18/03/2016
Tipo de Ação	<b>Apelação</b>
Assunto(s)	Seguro
Local de Origem	Vara Única da Comarca de Frecheirinha da Comarca de Frecheirinha
Ação de Origem	Procedimento Comum
Nr. De Origem	0002456-47.2014.8.06.0079
Nr. Apensos	0
Nr. Volumes	1
Fase Atual	Transferência de Processo
Data da Fase	16/10/2019
Órgão Julgador	4ª Câmara Direito Privado

***Foi feita transferência do presente processo, motivo – aplicação do art. 70 do RTJCE, alterado pelo Assento Regimental nº 02, de 05/10/2017, em 16/10/2019, para o(a) Relator(a): DESEMBARGADORA MARIA GLADYS LIMA VIEIRA.***

PARTES	
Apelante	: Ronieri Pontes Aguiar
Advogado	: Marcos Antônio Inácio da Silva (OAB: 20417/CE)
Apelado	: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Fortaleza, 16 de outubro de 2019

Coordenador(a) de Distribuição





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**GERÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO**

## Termo de Transferência de Processo

DADOS GERAIS DO PROCESSO	
Processo	0002456-47.2014.8.06.0079
Autuação	18/03/2016
Tipo de Ação	<b>Apelação</b>
Assunto(s)	Seguro
Local de Origem	Vara Única da Comarca de Frecheirinha da Comarca de Frecheirinha
Ação de Origem	Procedimento Comum
Nr. De Origem	0002456-47.2014.8.06.0079
Nr. Apensos	0
Nr. Volumes	1
Fase Atual	Transferência de Processo
Data da Fase	23/10/2019
Órgão Julgador	4ª Câmara Direito Privado

***Foi feita transferência do presente processo, motivo – aplicação do art. 70 do RTJCE, alterado pelo Assento Regimental nº 02, de 05/10/2017, em 23/10/2019, para o(a) Relator(a): JUÍZA CONVOCADA SÍLVIA SOARES DE SÁ NOBREGA PORT.1638/2019.***

PARTES	
Apelante	: Ronieri Pontes Aguiar
Advogado	: Marcos Antônio Inácio da Silva (OAB: 20417/CE)
Apelado	: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Fortaleza, 23 de outubro de 2019

Coordenador(a) de Distribuição



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GERÊNCIA JUDICIÁRIA CÍVEL  
Coordenadoria de Direito Privado - 4ª Câmara**

**CERTIDÃO DE DECORRÊNCIA DE PRAZO**

**Nº 0002456-47.2014.8.06.0079 - Apelação**

Certifico que decorreu o prazo de 15(quinze) dias sem que o(a) Apelado - Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, nada tenha apresentado ou requerido sobre a **Decisão** de páginas 58-63 referente ao processo acima. A decisão foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Ceará – DJE, no dia 04/07/2019 e considerada publicada em 05/07/2019. O referido é verdade. Dou fé. Gerência Judiciária Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Fortaleza, 27 de novembro de 2019.

Coordenador(a) / Gerente

*Lei 11.419/06 - art.4º*

*§ 3º: Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça Eletrônico.*

*§ 4º : Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.*



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**  
**Coordenadoria de Direito Privado - 4ª Câmara**

Apelação nº 0002456-47.2014.8.06.0079

Apelante : Ronieri Pontes Aguiar

Advogado : Marcos Antônio Inácio da Silva (OAB: 20417/CE)

Apelado : Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Custos legis : Ministério Público Estadual

Relator: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NOBREGA PORT.1638/2019

Ação Originária nº 0002456-47.2014.8.06.0079 - Procedimento Comum

Juízo de Origem: Vara Única da Comarca de Frecheirinha da Comarca de Frecheirinha

**ATO ORDINATÓRIO**

Certifico que expedi intimação pessoal eletrônica para ciência do(a) **Ministério Público Estadual** conforme ordenado na decisão de pag(s).58/63, nos termos da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

Fortaleza, 27 de novembro de 2019

**Coordenador(a)**

(Assinado por Certificado Digital)





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**CERTIDÃO**

**0002456-47.2014.8.06.0079 - Apelação**

CERTIFICA-SE que em 27/11/2019 o ato abaixo foi encaminhado para vista/intimação do(a) Ministério Público Estadual via portal eletrônico.

Fortaleza, 27 de novembro de 2019.



**CE  
PODER JUDICIÁRIO**

**CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO**

**Autos nº: 0002456-47.2014.8.06.0079**

**Foro: Tribunal de Justiça**

**Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.**

**Data da Intimação: 29/11/2019 09:22:04**

**Prazo: 30 dias**

**Intimado: Ministério Público do Estado do Ceará - MPCE**

**Fortaleza (CE), 29 de Novembro de 2019**







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 80620204868771

Nome original: Processo N° 0002456-47.2014.8.06.0079-OF-3955-20-VU-Frecheirinhai..pdf

Data: 11/05/2020 06:49:43

Remetente:

Meriane Moreira Pesente

Seção de Direito Privado

TJCE

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Processo N° 0002456-47.2014.8.06.0079- Of. N° 3955 2020 DJC



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GERÊNCIA JUDICIÁRIA CÍVEL**

Of. Nº 3955/2020 – DJC      Fortaleza, 6 de abril de 2020.

Processo Nº: 0002456-47.2014.8.06.0079 - Apelação

Senhor(a) Juiz(a),

De ordem, informo o julgamento e a baixa do processo eletrônico em epígrafe, que poderá ser acessado no portal eSAJ desta Corte de Justiça, conforme senha digital anexa.

Gerente/Coordenadora

Ao(À) Exmo(a).

**Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Frecheirinha da Comarca de Frecheirinha.**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora  
Av. Gen Afonso Albuquerque Lima, s/n – Cambéa – 60830-120 Fortaleza-CE  
Telefone/Fax: (85) 3207-7688

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Frecheirinha

Vara Única da Comarca de Frecheirinha

Rua Joaquim Pereira, 727, Centro - CEP 62340-000, Fone: (88) 3655-1157, Frecheirinha-CE - E-mail: frecheirinha@tjce.jus.br

**CERTIDÃO**

Processo nº: **0002456-47.2014.8.06.0079**  
Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**  
Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Acidente de Trânsito**  
Requerente e **Ronieri Pontes Aguiar e outro**  
Requerido:  
:

**CERTIFICO**, face às prerrogativas por lei conferidas, que os presente autos foram tornados digitais na presente data, podendo ser consultado pelo portal ESAJ.

O referido é verdade.

Dou fé.

**Frecheirinha/CE, 12 de maio de 2020.**

**JOSE JORDANIO SILVA MOREIRA**  
**Supervisor de Unid. Judiciária**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Frecheirinha

Vara Única da Comarca de Frecheirinha

Rua Joaquim Pereira, 727, Centro - CEP 62340-000, Fone: (88) 3655-1157, Frecheirinha-CE - E-mail: frecheirinha@tjce.jus.br

**DESPACHO INICIAL (CITAÇÃO ELETRÔNICA)**

Processo nº: **0002456-47.2014.8.06.0079**  
Classe: **Procedimento Comum**  
Assunto: **Acidente de Trânsito**  
Requerido: **Ronieri Pontes Aguiar e outro**  
:

Considerando o trânsito em julgado do acórdão, no qual anula a sentença e determina o retorno dos autos para o regular processamento do feito:

Defiro a gratuidade judiciária.

Deixo de designar audiência de conciliação/mediação, com fundamento no art. 334, § 4º, II do CPC, tendo em vista que as demandas desta natureza não comportam autocomposição antes da realização de perícia médica.

Cite-se a pelo portal eletrônico do e-SAJ para, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei nº. 11.419/2006, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente. Determino, outrossim, a intimação da requerida para, no mesmo lapso temporal, juntar aos autos a cópia do processo administrativo relativo ao fato descrito na inicial.

Exp. Nec.

Frecheirinha (CE), 12 de maio de 2020.

**Fabio Rodrigues Sousa**  
**Juiz de Direito Respondendo**



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Frecheirinha

Vara Única da Comarca de Frecheirinha

Rua Joaquim Pereira, 727, Centro - CEP 62340-000, Fone: (88) 3655-1157, Frecheirinha-CE - E-mail: frecheirinha@tjce.jus.brFrecheirinha

## CARTA DE CITAÇÃO ON-LINE

Processo nº: **0002456-47.2014.8.06.0079**  
 Classe: **Procedimento Comum**  
 Assunto: **Acidente de Trânsito**  
 :  
 :  
 :  
 Senha do Processo: **Senha de acesso da pessoa selecionada << Informação indisponível >>**

Senhor(a) Representante Legal do(a)

A presente carta, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) **Dr(a). Fabio Rodrigues Sousa**, Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Frecheirinha, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de V.Sa. Para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei 11.419/2006, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente.

Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada pela internet no site [www.tjce.jus.br](http://www.tjce.jus.br) informando o número do processo e a senha que segue à margem superior direita, documento pessoal e intransferível, a qual permite total acesso à tramitação processual, sendo considerada vista pessoal, consoante dispõe o § 1º do art. 9º da Lei nº. 11.419/2006, como parte integrante desta carta.

Frecheirinha/CE, 12 de maio de 2020.

**Servidor SEJUD**  
**Provimento n.º 1/2019 da CGJ**

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Frecheirinha

Vara Única da Comarca de Frecheirinha

Rua Joaquim Pereira, 727, Centro - CEP 62340-000, Fone: (88) 3655-1157, Frecheirinha-CE - E-mail: frecheirinha@tjce.jus.br

**ATO ORDINATÓRIO**

Processo nº: **0002456-47.2014.8.06.0079**  
Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**  
Classe: **Procedimento Comum Cível**  
Assunto: **Acidente de Trânsito e Assistência Judiciária Gratuita**  
Requerente: **Ronieri Pontes Aguiar**  
Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, RENOVE-SE a citação da parte promovida, via Portal, ante o erro na citação anterior.

Frecheirinha/CE, 18 de agosto de 2020.

**JOSE JORDANIO SILVA MOREIRA**  
Supervisor de Unid. Judiciária





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Frecheirinha

Vara Única da Comarca de Frecheirinha

Rua Joaquim Pereira, 727, Centro - CEP 62340-000, Fone: (88) 3655-1157, Frecheirinha-CE - E-mail: frecheirinha@tjce.jus.brFrecheirinha

## CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO ON-LINE

Processo nº: **0002456-47.2014.8.06.0079**  
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**  
 Classe: **Procedimento Comum Cível**  
 Assunto: **Acidente de Trânsito**  
 Requerente: **Ronieri Pontes Aguiar**  
 Requerido(a): **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Prezado(a) Sr(a). representante da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT,

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do **Dr. Moisés Brisamar Freire**, Juiz de Direito Respondendo pela Vara Única da Comarca de Frecheirinha/CE, conforme disposto no artigo 334 do Código de Processo Civil, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria **sobre todo o conteúdo da ação cível objeto do processo em epígrafe, cuja petição inicial e documentos poderá ser consultada no sistema processual e-SAJ, bem como, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei nº. 11.419/2006, contestá-la, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente.** Fica, também, **INTIMADO(A)** para, no mesmo lapso temporal, juntar aos autos a cópia do processo administrativo relativo ao fato descrito na inicial.

Frecheirinha/CE, 18 de agosto de 2020.

**JOSE JORDANIO SILVA MOREIRA**  
 Supervisor de Unid. Judiciária

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Frecheirinha

Vara Única da Comarca de Frecheirinha

Rua Joaquim Pereira, 727, Centro - CEP 62340-000, Fone: (88) 3655-1157, Frecheirinha-CE - E-mail: frecheirinha@tjce.jus.br

**CERTIDÃO**

Processo nº: **0002456-47.2014.8.06.0079**  
Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**  
Classe: **Procedimento Comum Cível**  
Assunto: **Acidente de Trânsito**  
**Ronieri Pontes Aguiar**  
Requerido **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

**CERTIFICA-SE** que em 19/08/2020 o ato abaixo foi disponibilizado para o(a) Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e encaminhado através do portal eletrônico e-SAJ.

Teor do ato: "Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, **RENOVE-SE** a citação da parte promovida, via Portal, ante o erro na citação anterior."

**Frecheirinha/CE, 19 de agosto de 2020.**